



QUEM LUTA FAZ ACONTECER

Neste ano completamos 25 anos do triste episódio ocorrido no dia 30 de Agosto de 1988. Por reivindicar uma melhor condição de trabalho, nossa categoria foi covardemente atacada pelas bombas e cassetetes da polícia, do então governador Álvaro Dias. Lá se vão 25 anos, e nossa luta permanece mais viva e forte do que nunca.

A cada 30 de agosto, paralisamos as aulas e vamos às ruas para denunciar a violência que sofremos (para que esta não volte a se repetir), e ao mesmo tempo, para levar ao governo e a sociedade as principais reivindi-

cações para o fortalecimento da qualidade da educação pública de nosso estado.

Debate nas escolas - Nos dias 27 e 28, de acordo decisão da nossa última Assembleia Estadual, vamos realizar debates nas escolas. Como subsidio, preparamos este material. Sugerimos, que cada escola organize um tempo para professores(as) e funcionários (as) lerem e discutirem juntos este material. O ideal é que a atividade ocorra na última aula de cada período, e se organize da seguinte maneira:

27/08 - pauta estadual: vídeo dos 25 anos, pagamento de todos os avanços, a implementa-

ção dos 33% de hora-atividade, realização de concursos públicos por universidades públicas para professores (as) e funcionários (as), reabertura do debate da matriz curricular e o novo modelo de atendimento à saúde.

28/08 - pauta nacional: destinação dos royalties do petróleo para a educação, a aprovação do Plano Nacional da Educação, o arquivamento do Projeto de Lei 4330 da terceirização, reforma política, democratização dos meios de comunicação, entre outras.

Juntos e juntas vamos realizar um 30 de Agosto histórico! Bom debate!

30 de Agosto: 25 anos de luto, luta e conquistas!

As marcas de 1988 são lembradas até hoje. A data se tornou o dia de Luto e Luta dos educadores do Paraná

30 de agosto de 1988, professores (as) da rede pública de ensino do Paraná foram violentamente reprimidos por policiais militares, armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Uma das grandes reivindicações da época era a volta do piso dos três salários mínimos para o professor.

Memória histórica

Como as negociações com o governador Álvaro Dias – que reduziu o piso para dois salários mínimos, um direito já conquistado pela categoria em 1986 – não avançavam, no início de agosto, cerca de 150 educadores, vindos de todos os municípios do Estado iniciaram a ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná, que durou cerca de 20 dias.

Na tarde de 30 de agosto de 1988, cerca de 15 mil professores (as), pais e mães, estudantes, funcionários (as) concentrados na Praça Rui Barbosa vão numa grande passeata, pelas ruas centrais de Curitiba, até o Centro Cívico, na esperança de abrir as negociações com o Executivo e tentar dialogar com o poder público.

Em frente do palácio do governo, policiais militares impedem a aproximação do caminhão de som, retiraram à força o seu condutor e tentam conter a passeata de forma violenta. Foi um grande tumulto, correria e pancadaria.

Pouco depois a PM entrou novamente em ação. Dessa vez, atacaram o acampamento próximo à Assembleia. Prenderam professores (as), arrancaram-lhes os pertences e destruíram suas barracas, tudo com muita violência.

Sessenta e quatro feridos foram examinados pelo Instituto Médico Legal, outros manifestantes são hospitalizados e submetidos à intervenção cirúrgica para a remoção dos estilhaços das bombas de lacrimogêneo.

À noite, depois das 23h, um batalhão da PM expulsa os professores que tinha ficado em vigília nos gramados do Palácio da Justiça.

Há 25 anos esta data tornou-se para a categoria dos educadores paranaenses o dia de “Luto e Luta”. É o marco da luta dos educadores que continuam a registrar suas histórias, resistências e conquistas. É preciso recordar para a luta pelas melhorias na educação continuar.



• PM impede a entrada do caminhão de som na Praça Nossa Senhora da Salete (Centro Cívico)



• Cavalaria tenta dispersar os manifestantes



• Matéria da “Isto é” de 7 de setembro de 1988

Para debater

Há 25 anos, no dia 30 de Agosto, educadores (as) foram covardemente atacados pela polícia do então governador Álvaro Dias. De lá para cá, a cada ano, professores (as) e funcionários (as) lembram a data nas ruas, para que nenhum governo ouse tratar a educação com violência e desrespeito.

A APP produziu um Vídeo Especial 30 de Agosto - 25 anos. Reúna todos e todas para assistir e lembrar um pouco desta história!

Governador, não aceitaremos calote!

*Dia 30 vamos todos e todas para as ruas para efetivar nossos direitos!
Dia 30 é dia de Paralisação Estadual*

O primeiro semestre de 2013 foi um período de importantes avanços para os educadores. Conquistamos a data-base sem escalonamento (após duro embate na Assembleia Legislativa) as leis da hora-atividade, das adequações no Plano de Carreira dos Funcionários da Educação, da efetivação do Piso Nacional do Magistério e da última parcela da equiparação salarial. Também finalizamos a discussão e obtivemos o compromisso do governo em criar o novo serviço de atendimento à saúde do servidor. Mas entre a conquista do direito e sua implementação tem havido um hiato que temos de superar. Além disto, há direitos claramente sonegados, como os avanços não pagos. Só com muita mobilização é que chegamos lá. Veja o que precisamos concretizar e pelo que vamos lutar neste 30 de Agosto.

Pagamentos – Estamos exigindo algo muito elementar: o que nos é de direito, por lei. O governo tem de nos pagar **promoções e progressões em atraso** há mais de um ano, mas, repetindo o que vem fazendo há anos, trata este direito na base do “deixa pra depois”. Pior: não há um esforço efetivo pelo governo Beto Richa para implantar em folha os avanços, o que só faz aumentar a bola de neve da dívida com os educadores, que já passa dos R\$ 30 milhões. Ainda temos os 3,8% referentes ao **avanço geral dos funcionários** previsto na reforma do Plano de Carreira para o mês de agosto, e os 0,6% para se cumprir o **piso do magistério**. Vale lembrar que a APP está cobrando na Justiça os reajustes do piso retroativos a janeiro de 2011 e 2012, pois o governo vem sonegando também este direito. Só com pressão, vamos garantir a implantação dos 3,34% em outubro, referente à última parcela da **equiparação**.

Saúde – Não dá mais para suportar o descaso do governo com o atendimento médico aos servidores. Saúde é urgência e o governo não pode mais adiar uma solução para **superarmos o SAS**. Após dois anos e meio de debate, uma proposta, com base na autogestão, contrapartida dos servidores e abrangência estadual foi apresentada aos servidores, mas o governo não age para implementá-la. Além disto, falta ao funcionalismo estadual uma lei de saúde do trabalhador, que estabeleça políticas efetivas para a prevenção de doenças laborais. Mas, se o governo não faz por onde, a APP não deixa por menos e se une à UFPR e vai a campo levantar as doenças que acometem os professores da rede estadual. A **pesquisa**, com metodologia científica, será uma ferramenta valiosa para cobrarmos uma resposta firme do governo ao adocimento da categoria.

Neste 30 de Agosto queremos uma **posição efetiva** do governo sobre o novo modelo de atendimento à saúde do funcionalismo. Mais informações na última edição do Jornal 30 de Agosto disponível no site www.appindicato.org.br

Hora-atividade – Em 2008, conquistamos a Lei Nacional do Piso, que estabeleceu os 33,3% de hora-atividade. Também neste caso entre direito e sua concretização havia um abismo, que nossos embates vão atravessando. Isto porque, em seguida a esta conquista, cinco **governadores** ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal **contra a Lei**. O reconhecimento da constitucionalidade só veio em 2011, quando, em todo o país, intensificou-se a luta para fazer valer a Lei. Nossa luta fez com que o governo, em 2012, elevasse o percentual de hora-atividade

[Continua](#) ▶

FOTO: LEANTROTAQUES



de 20% para 25%. Agora, em julho, depois de uma intensa mobilização, que incluiu indicativo de greve, chegamos a 30%, com a expectativa de que na distribuição de aulas do ano que vem estejam completados os **33,3%**. Temos de continuar na cobrança ao governo, não apenas para a garantia da totalidade da hora-atividade legal, mas também para que seja alcançado nosso **horizonte histórico**, de **50%** da jornada para atividades extraclasse.

Matriz Curricular – Lutamos por uma matriz curricular democraticamente construída e repudiamos a ação do governo do Estado que, sem consultar os educadores, **impôs uma matriz** para o Ensino Fundamental para o início de 2013. O açodamento, a falta de discussão – ou uma política deliberada – levaram à redução das aulas de Ciências, Geografia, História, Arte e, sobretudo, Educação Física. Exigimos um adequado debate para a organização de uma matriz curricular para 2014 que respeite as disciplinas e garanta aos estudantes o pleno acesso ao conhecimento. Para isso, a APP está recebendo apoios em um **abaixo-assinado**, que será levado à Seed como um forte argumento por uma discussão apropriada da matriz. **Acesse o abaixo assinado no Portal da APP-Sindicato.**

Concursos – A luta firme da APP-Sindicato pela recomposição dos quadros da educação levou o governo Beto Richa a finalmente realizar um concurso público para o magistério. Porém, a demora não significou cuidado e, quando finalmente o certame foi feito, assistiu-se a um verdadeiro **show de despreparo**: candidatos que não puderam entrar no local de provas,

erros na distribuição dos cadernos, questões dúbias ou manifestamente erradas, além do descalabro que foi a correção da redação. A APP sempre lutou para que o concurso não tivesse **fases eliminatórias**. Em vão: o governo veio e impôs uma prova de redação questionável em toda a linha e de caráter eliminatório, que excluiu do concurso a imensa maioria dos mais de 90 mil candidatos. Um **clima de revolta** tomou conta dos candidatos, e ainda falta a prova didática, que promete espaço para arbitrios. A APP entrou com ações judiciais e apresentou ao Ministério Público denúncias contra os erros cometidos pelo governo. E, em todas as esferas onde estiver sendo decidido o destino deste concurso, a APP, junto com toda a categoria, estará presente acompanhando e lutando por justiça aos candidatos e também não cessará a luta enquanto também não se fizer **novo concurso para professores e funcionários da Educação**.

PSS – Os contratos temporários (PSS) são uma realidade na nossa rede. Embora lutemos por postos efetivos, o que se tem hoje é um grande contingente de educadores PSS, que precisam ter seus direitos assegurados. Uma das demandas mais urgentes é que o temporário receba o **valor equivalente à sua titulação**. Os PSSs já são penalizados pela precariedade de seus contratos, e as tabelas diferenciadas agravam a distorção e criam uma injustiça insanável. Equiparação de PSS aos efetivos já!

Mais informações sobre a pauta de reivindicação estadual na última edição do Jornal 30 de Agosto, disponível no Portal da APP-Sindicato.

FOTO: LEANDRO TAQUES



Governo do Paraná implementa modelo de gestão neoliberal

O governo do Estado chega ao seu terceiro ano de mandato e não deu conta de solucionar problemas crônicos do Paraná. Juntamente com esta ineficiência administrativa, alega não haver recursos para honrar compromissos assumidos com o povo e com os servidores estaduais. Além disso, promove uma verdadeira negociata dos recursos públicos e naturais, reuplicando o modelo privatista da era Lerner.

A Copel tem que continuar nossa - O governo Jaime Lerner tentou vender a COPEL nos anos 90. Uma grande mobilização popular foi o que garantiu que a empresa continuasse pública. Porém percebe-se um grande avanço na terceirização de serviços prestados pela companhia paranaense, além de reajustes abusivos quando o governo federal estipula redução da tarifa. A ação é para privilegiar o lucro que, em sua maioria, é repassado para o setor privado detentor de boa parte das ações da empresa.

Estado Privado - Neste ultimo período, o governo estadual enviou para a assembleia legislativa do estado um projeto de lei que cria o “Tudo Aqui Paraná”. A proposta é criar 9 centros de atendimento à população, que concentrariam a maioria dos serviços hoje prestados pelo estado como emissão de carteira de identidade, emissão de CNH (Carteira Nacional de Habilitação), atendimento da Copel e Sanepar, dentre outros. A grande questão é que o governo Beto Richa vai entregar estes serviços à iniciativa privada, repassando quase R\$ 10 milhões para uma empresa administrar estes serviços que já são prestados para a população. Serão cerca de R\$ 3 bilhões por uma concessão de 25 anos prorrogáveis por mais 25.

Saúde para alguns - No apagar das luzes de 2012, o governo Beto Richa aprovou na Assembleia Legislativa uma lei que permite a contratação de Organizações Sociais (OSs) para administrar setores do governo. Um dos setores afetado foi a saúde pública. Hospitais Públicos passaram a ser gerenciados por estas organizações que não têm compromisso com o usuário do SUS. É o velho método de reduzir investimentos e aumentar a capacidade de atendimento. O resultado desta equação são hospitais super-lotados, mal atendimento e filas intermináveis para cirurgias e consultas.

Água, patrimônio da humanidade? - O governo do estado reajustou em mais de 50% o valor da tarifa de água nos dois últimos anos. O serviço melhorou? Não! Quem mais se beneficiou disso foram os grandes acionistas da empresa que passaram a ter maior participação nos lucros. Os repasses passaram de R\$ 37 milhões (2010) para R\$ 118 milhões em 2011, quando o lucro da empresa foi de R\$ 249 milhões.

Sem direito de ir e vir - Desde 1998, as principais rodovias do estado foram privatizadas. Várias empreiteiras assumiram trechos destas rodovias com o compromisso de duplicação e outras obras viárias. Passados quase 15 anos do processo de licitação, o que vemos são rodovias de pistas simples e com o pedágio mais caro do país. Uma boa comparação é a viagem entre Curitiba e Florianópolis onde o trecho todo é duplicado e o valor pago é de R\$ 6,80. Já um trecho com distância aproximada no Paraná (Curitiba-Guarapuava) o valor do pedágio para trafegar em pista simples é de R\$ 31,70.



Profissão: funcionário e funcionária de escola

APP-Sindicato trabalha pelo reconhecimento e fortalecimento social da carreira dos(as) agentes educacionais

O segundo semestre de 2013 começou com mobilização. No dia 7 de agosto, Dia do Funcionário de Escola, a categoria realizou um ato Público na Secretaria da Fazenda, em Curitiba, para cobrar do governo as promoções e progressões em atraso. A organização da APP tem sido assim, muitas lutas e também conquistas. Ao longo dos últimos 15 anos, a APP-Sindicato percorreu, junto com os(as) funcionários e funcionárias de escola, uma intensa campanha pelo fortalecimento da profissão.

Em 1998, com a unificação do então Sindicato dos trabalhadores da Educação (Sinte-PR) com a APP, a entidade incorporou na sua pauta a luta pelo reconhecimento da função de funcionário e funcionária de escola como agentes do processo educativo. A partir de então, a categoria de trabalhadores e trabalhadoras da educação, passa a abraçar a totalidade dos(as) profissionais que atuam nas escolas. Abaixo, alguns dos momentos dessa luta:

- A entidade luta por melhorias nos salários: em 2001 foi lançada uma campanha para alertar o governo sobre a situação de miséria a qual os(as) funcionários(as) da educação do Paraná eram submetidos (a campanha do Prato Vazio).
- Em abril de 2004, a APP realizou um encontro sobre a carreira dos(as) funcionários(as) com mais de duas mil pessoas. Foi um momento marcante que ajudou a qualificar o Paraná como um dos Estados pioneiros na criação do programa de qualificação ProFuncionário e de construção de uma proposta de carreira para os(as) agentes educacionais.
- No ano de 2005, outra memorável ação da categoria: a caminhada de Ponta Grossa a Curi-

tiba, com grande repercussão na mídia. A manifestação forçou o governo a debater a proposta do Plano de Carreira, que veio a ser aprovado em 2008.

A partir do reconhecimento legal da profissão e da oferta dos cursos de formação específicas, o debate sobre o fortalecimento e melhorias da carreira adquiriram novos patamares: a categoria lutou e conseguiu, no primeiro semestre de 2013, o reconhecimento da graduação e pós-graduação para os agentes educacionais, com a Lei 156/2013, aprovada graças a pressão da categoria.

O reconhecimento da graduação e da especialização dos(as) agentes I e II possibilitou avanços na carreira e melhor remuneração, além de sinalizar a valorização da educação pública. Essa conquista fortaleceu as negociações da APP com o governo federal para a criação do primeiro curso superior com formação específica. O sindicato já elabora, junto com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e do Instituto Federal Tecnológico do Paraná (IFPR) na formulação da grade curricular do curso, que será ofertado em nível nacional já em 2014.

Adequações na carreira - Este ano ficará na história da carreira dos(as) funcionários(as) como o ano da aprovação da lei 156/2013. A legislação agora define os novos termos de progressão, que garantem um avanço de até três classes a partir de agosto de 2014 e, em agosto deste ano, uma classe para os(as) ocupantes de cargos efetivos e que já tenham passado pelo estágio probatório (que significará um incremento de 3,8% nos salários). Para 2013, está mantida a progressão de mais duas classes (para aqueles



que têm este direito por ser um ano ímpar). Outra conquista: conforme acordado com a APP-Sindicato durante o processo de votação do PL, o governo elaborou uma resolução estabelecendo o recesso nas escolas durante o período de 24 de dezembro a 1º de janeiro de cada ano.

Além do reconhecimento da graduação (para o agente I) e de pós-graduação (para os agentes II) para fins de avanço na carreira, a alteração no QFEB garante outras conquistas aos(as) agentes. Os funcionários e funcionárias de escola passam a ter direito ao concurso de remoção (deixa de existir o sistema de concessão pelos chefes imediatos). As atribuições de cada função também serão incluídas no descritivo do plano, esclarecendo assim, quaisquer dúvidas sobre o que é e o que não é atribuição de cada agente educacional.

Agora é a hora de intensificar as mobilizações com o objetivo de continuar a trajetória da valorização da profissão. No dia 30 de agosto, vamos às ruas reivindicar:

Pagamento de promoções e progressões em atraso;

Ganhos reais nos seus vencimentos;

Piso Salarial Nacional para os(as) funcionários(as) da educação;

A garantia de concurso público para os(as) funcionários(as);

Garantia de acesso aos cursos de formação específica.

Auxílio transporte para todos e todas.

A caminhada continua!



• Funcionários(as) da educação reunidos em frente à Secretaria de Estado da Fazenda

Aprovado a destinação dos royalties do petróleo para educação

Os movimentos sindicais, sociais e estudantis que defendem a educação pública de qualidade comemoraram no dia 14 de agosto a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 323/2007 vinculando receitas petrolíferas à educação e saúde pública.

O projeto aprovado prevê a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% de todo o Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Estimativas dão conta que esse aporte financeiro será na ordem de 210 bilhões de reais nos próximos dez anos.

A destinação dos royalties e do fundo social do pré-sal representa mais um passo em busca do financiamento adequado às políticas públicas educacionais, rumo à aprovação de um PNE efetivamente capaz de articular o Sistema Nacional de Educação e com o objetivo de consagrar o direito de cada cidadã brasileira e de cada cidadão brasileiro por uma educação de qualidade, promotora de uma educação emancipatória.

No entanto a luta continua, já que ainda está em aberto o debate do marco regulatório do petróleo, especialmente a distribuição do excedente em óleo do Pré-Sal nos contratos celebrados por regime de partilha de produção. Também é necessária a pressão para que os governadores e prefeitos destinem desde já as receitas dos royalties e participações especiais para a educação pública nestes contratos.

R7

ENTENDA A DIVISÃO DOS ROYALTIES DO PRÉ-SAL PARA A EDUCAÇÃO E A SAÚDE

Três propostas separam política sobre melhor modelo para a divisão do domínio do petróleo.

CÂMARA

- Royalties: 75% para a educação e 25% para a saúde
- Fundo Social (Principal + Juros): 50% do Pré-sal para a educação

DIVISÃO ESTIMADA

- Educação: R\$ 209,31 bilhões
- Saúde: R\$ 66,77 bilhões

ROYALTIES
O petróleo é um petróleo que pertence a todos os brasileiros. Para explorar esse produto, a empresa interessada tem de pagar uma contrapartida ao governo, que são os royalties. É o valor de contrato de exploração do petróleo. Será cobrada uma taxa de 15% como valor dos royalties.

FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL
Vinculado à Presidência da República, o fundo tem a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nos âmbitos do combate à pobreza e do desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, entre outros. Será composto por parcelas dos royalties da exploração do petróleo que cabem à União.

Fonte: Comissão Especial de Educação e Projeto de Lei nº 323/2007, Câmara Nacional do Direito à Educação. Design: Carolina Ribeiro

Público x Privado em disputa no PNE

O Plano Nacional de Educação, PL 8035/2010, tramita na Câmara Federal há três anos. Resultado dos debates da sociedade brasileira na CONAE/2010, expressa o esforço de construção coletiva das políticas educacionais para a Educação no Brasil. Apontamos aqui alguns pontos que merecem nossa extrema atenção porque são objeto de intensa disputa no Congresso Nacional entre os setores que defendem o fortalecimento da educação pública e aqueles que defendem os interesses dos negócios privados na área do ensino.

Financiamento: o (art. 5º): texto aprovado na Câmara afirma que “ § 4º: Serão utilizados 50% (cinquenta por cento) dos recursos do pré-sal, incluídos os royalties, diretamente em educação para que, ao final de 10 (dez) anos de vigência do PNE, seja atingido o percentual de 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto para o investimento em **educação pública.**”

Quando o texto volta do Senado, sofre a seguinte alteração: “§ 3º Durante a vigência deste PNE, o **investimento público em educação** será ampliado progressivamente de forma a atingir no mínimo o percentual de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB no quinto ano e de 10% (dez por cento) do PIB ao fim do decênio”.

Além disso, observe mais essa alteração sofrida no texto sobre a destinação dos recursos públicos no texto formulado pelo Senado: “§ 5º que: “O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da Constituição Federal, engloba o dispêndio total em educação pública, os recursos aplicados na forma do art. 213 da Constituição Federal, **bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, e os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil para garantir o acesso à educação.** Ou seja, a trava de limite de tempo para a a manutenção dessa política de isenções colocada pela Câmara Federal não só foi retirada pelos Senadores como foi ampliada!

Na Meta 11 que prevê “triplicar as matrículas da educação profissional

técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da **expansão no segmento público**” o lobby privado conseguiu uma nova redação que contempla de novo seus interesses, qual seja: “Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) de **gratuidade na expansão de vagas.**”

Encontramos o mesmo princípio na Meta 12 que prevê “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, **no segmento público.** Ao voltar do Senado, tem essa redação: “Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, **assegurada a qualidade da oferta.**”

A CNTE e os seus sindicatos filiados estão mobilizados para garantir que os recursos públicos sejam exclusivamente aplicados na educação pública. Isto para que não prevaleçam os interesses financeiros que cercam esse debate estratégico para a democratização e melhoria da qualidade do ensino no Brasil em todos os níveis e modalidades. Estarmos atentos a essas lutas nacionais é fundamental para compreendermos quem são, afinal, nossos aliados e nossos inimigos no Congresso Nacional quando se trata de defender a Educação Pública, gratuita, universal, laica, de qualidade socialmente referenciada.



Entenda o que é PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é usado para medir a atividade econômica do país. Os economistas costumam dizer que o PIB é um bom indicador de crescimento, mas não de desenvolvimento, que deveria incluir outros dados como distribuição de renda, investimento em educação, entre outros aspectos.

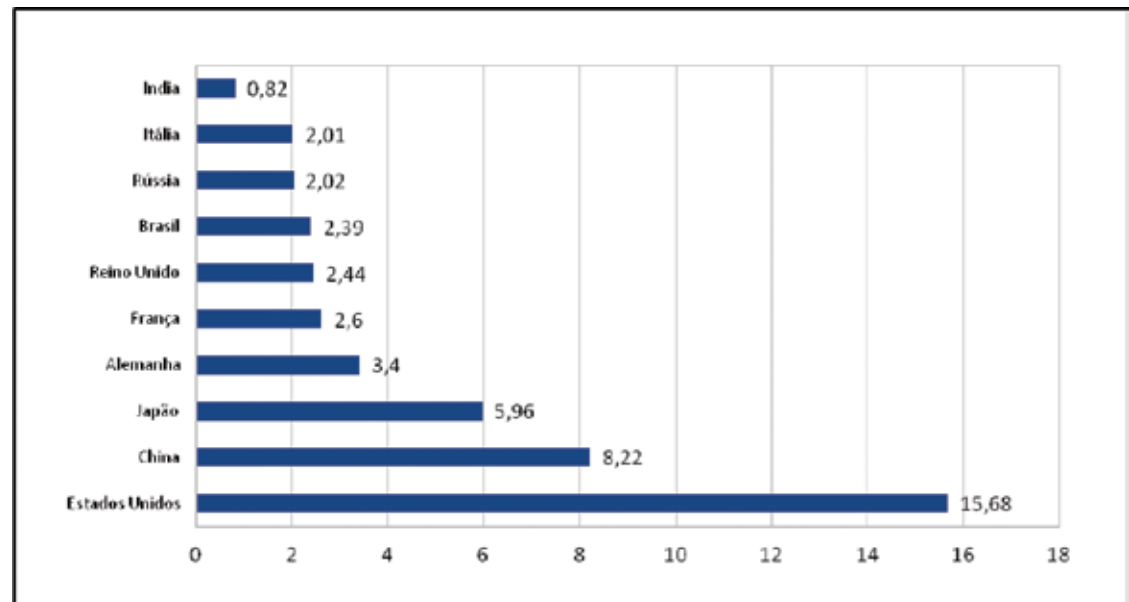
É possível calcular o PIB de duas maneiras. Uma delas é pela soma das riquezas produzidas dentro do país, incluindo nesse cálculo empresas nacionais e estrangeiras localizadas em território nacional. Nesse cálculo entram os resultados da indústria (que respondem por 30% do total), serviços (65%) e agropecuária (5%). Entra no cálculo apenas o produto final vendido, ou seja, um carro e não o aço e ferro da produção. Evita-se, assim, a contagem dupla de certas produções.

Outra maneira de medir o índice é pela ótica da demanda, ou seja, de quem compra essas riquezas. Nesse caso, são considerados o consumo das famílias (60%), o consumo do governo (20%), os investimentos do governo e de empresas privadas (18%) e a soma das exportações e das importações (2%). Esses dois cálculos devem sempre chegar ao mesmo resultado.

O Brasil aparece como a sétima economia do mundo, com o PIB calculado em 2,39 bilhões de dólares. É a maior economia da América Latina. No entanto, o fato de se ter um alto PIB não é garantia de igualdade social. Uma relação simples do que acabamos de dizer diz respeito à relação com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que mede a qualidade de vida da população de um país. Dos dez países listados anteriormente apenas Estados Unidos, Japão e Alemanha aparecem entre os dez países com maior IDH (acima de 0,9). Países como Rússia e Brasil estão numa posição intermediária, com IDH acima de 0,7. O Brasil ocupa nesse ranking a 85ª posição. A China e a Índia tem IDH inferiores ao do Brasil e ocupam respectivamente a posição 101 e 137. Cabe observar que quanto mais próximo de 1 for o IDH, maior é a qualidade de vida e a distribuição de renda.

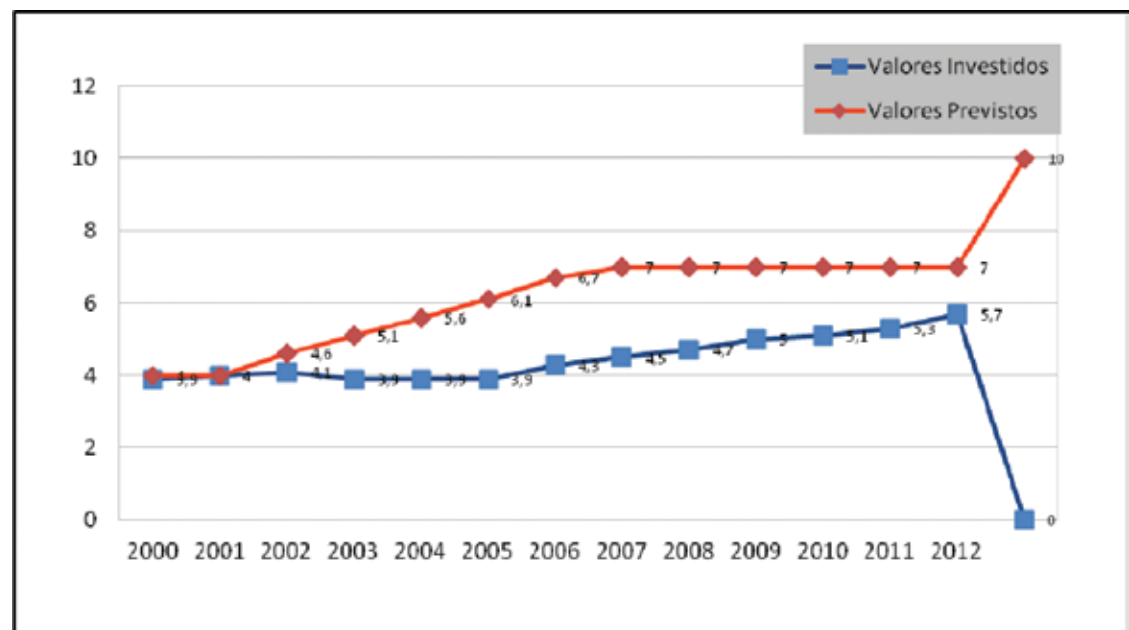
Como demonstramos no gráfico anterior os investimentos em educação têm aumentado

PIB 2012: Comparativo entre países 10 maiores economias do mundo



Fonte: FMI. Valores em trilhões de dólares

PIB e a relação com a Educação



Fonte: INEP/MEC

nos últimos anos. No entanto, os investimentos estão longe dos valores previstos. O que queremos é que o investimento com educação pública seja na ordem de 10% do PIB. Isto representa, em valores, um investimento de 239 bilhões de dólares. Boa parte das dificuldades enfrentadas na escola pública deve-se ao financiamento que historicamente tem sido insuficiente. Todos em certa medida concordamos que é necessário melhorar a qualidade da escola pública. É importante aumentar progressivamente o número de horas que os estudantes nela permanecem, proporcionando ambientes para uma interação social positiva e para um crescimento pessoal saudável. É

necessária uma remuneração condigna para os profissionais de educação. Hoje no estado do Paraná, cerca de 40% dos municípios não pagam o piso nacional do magistério. Além disso, mais recursos propiciariam maiores condições para ação pedagógica, tanto no que se refere às horas de trabalho quanto ao número de estudantes em sala. Aumentaria significativamente o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) que é um indicador de quanto deveria ser investido por aluno com base no custo de insumos e materiais didáticos considerados essenciais para o aprendizado, no número adequado de alunos por turma e na remuneração de professores, entre outros fatores.

PL 4330 uma ameaça aos direitos dos trabalhadores/as!

A terceirização é utilizada por muitos patrões como forma de aumentar o lucro das empresas à custa da classe trabalhadora.

O empresário e deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), apresentou em 2004 o Projeto de Lei número 4.330, que precariza ainda mais as relações trabalhistas, sob a justificativa de regulamentar a contratação de terceirizados. Mas, em vez de regulamentar e proteger o trabalhador (a) terceirizado, o PL 4330 rasga os direitos da classe trabalhadora em benefício do patrão, permitindo a contratação de terceirizados em todas as atividades da empresa, inclusive na atividade fim, podendo, deste modo, funcionar sem nenhum trabalhador (a) contratado diretamente e permite a substituição de todos/as os/as trabalhadores/as por terceirizados/as como forma de diminuir custos das empresas, o projeto ainda fragiliza a organização e a representação sindical.

Saiba por que a PL da Terceirização rasga a CLT e acaba com Direitos Trabalhistas

• Libera terceirização para atividade-fim

Atualmente, a terceirização é proibida para a atividade primordial da empresa. Uma fábrica de camisas, por exemplo, poderá funcionar com um terceirizado para pregar o botão, o outro para costurar a manga, e assim por diante, o que destruirá a relação com os trabalhadores e com as entidades sindicais.

• Acaba com a responsabilidade solidária

Caso uma empresa terceirizada não cumpra com suas obrigações ou descumpra normas de saúde e segurança, a tomadora de serviços não precisará arcar com qualquer responsabilidade.

:: Discriminação, acidentes e calote

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado: Permanece 2,6 anos a menos no emprego do que um traba-

lhador contratado diretamente; tem uma jornada semanal de três horas a mais; recebe 27% a menos do que o contratado direto; A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados. Em 2011, apenas na Bahia, o calote nos impostos, indenizações e salários provocados por 4 empresas terceirizadas foi de R\$ 65 milhões.

O PL 4330 avança na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde recebeu parecer favorável do relator Arthur Maia (PMDB-BA), e pode ser votado a qualquer momento.

Para que o projeto não seja aprovado, causando graves prejuízos à classe trabalhadora e precarizando as relações de trabalho, convocamos a todos e todas para enviarem e-mails a fim de pressionar os deputados a votarem contra a PL 4330.

Texto: Rutierre M. F. Coutinho
Fonte: CUT / CNTE

Brasil cresce invertendo a lógica de décadas anteriores

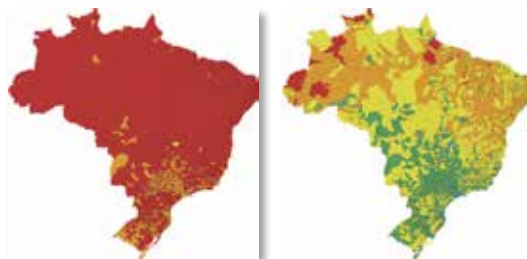
Dados divulgados em 2013 no Relatório de Direitos Humanos (RDH) pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apontam crescimento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com duas características importantes de se ressaltar: o crescimento puxado pela melhoria na educação e com os municípios menores obtendo os melhores índices de desenvolvimento.

- melhora na média de anos de escolaridade (4,6 anos a mais) e pelo crescimento também da renda nacional bruta (RNB) per capita (quase 40% entre 1980 e 2011).

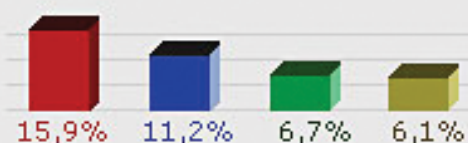
- O IDH é uma medida resumida para avaliar o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão decente de vida. Como no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida;

NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM ÍNDICE MUITO BAIXO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

| 1991 | 2010 |
|-------|-------|
| 4774 | 32 |
| 85,8% | 0,57% |



Crescimento do IDH-M nas cidades brasileiras



- Até 50 mil habitantes
- De 50 mil a 500 mil habitantes
- De 500 mil a 1 milhão de habitantes
- Mais de 1 milhão de habitantes

O IDH e a Violência contra a mulher

O Paraná detém o 5º melhor PIB do País e é o 6º estado mais bem colocado no ranking nacional de IDH. Apesar disso, ocupa a 3º pior

posição no ranking de violência letal contra mulheres, exibindo a triste marca de 6,4 homicídios por grupo de cem mil mulheres.

Democratização da mídia no Brasil

O Fórum Nacional pela Democratização da Mídia no Brasil luta pelo fim da concentração, garantia de pluralidade e diversidade nos meios de comunicação brasileiros. Universalização da Banda Larga e a aprovação de um Marco Civil da Internet (com a garantia de neutralidade de rede e privacidade para os usuários). Aprovação da “Lei da Mídia Democrática”, um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regulamentação para o setor de rádio e televisão no Brasil.

A luta inclui o cumprimento do preceito constitucional que exige que os meios de comunicação no Brasil expressem as nossas realidades regionais, nossa diversidade cultural. Isso não acontece e permanecemos com a arte brasileira, tão rica e tão plural, concentrada no eixo Rio-São Paulo, como se o Brasil se resumisse a esses dois estados e suas expressões de cultura.

As empresas que controlam a imprensa no Brasil são intimamente ligadas às quatro grandes redes internacionais de comunicação que exercem o monopólio a nível mundial. Essas empresas se organizam na Abert (*Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão*),

que segundo seu próprio sítio explica, surgiu “na luta contra os vetos do presidente João Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962”.

Regulação:

Inglaterra: aprovou-se recentemente um novo sistema de regulação da mídia que prevê a instalação de um órgão regulador independente, código de normas bastante rígido, serviço de arbitragem livre, direito de resposta e pedido de desculpas. A adesão dos veículos é voluntária, mas quem repetir algo como o uso de grampos ilegais será mais severamente punido.

Dinamarca: Os dinamarqueses encontraram uma forma de, preservada a liberdade de imprensa, controlar os excessos prejudiciais à sociedade. Vigora, lá, uma “co-regulação”. Um comitê, presidido por um juiz da suprema corte, é formado por um grupo composto por 12 pessoas. Seis são designadas pela indústria da mídia, e seis pelo governo. (Nenhum destes seis últimos é funcionário do governo, mas pessoas que as autoridades entendem que dominam o assunto, contribuem para o debate e são independentes da indústria.). O comitê tem um or-

çamento anual de cerca de 700 mil reais, bancados pelos jornais. Estes se comprometem a acatar as decisões. Em 2012, foram encaminhadas ao conselho 157 queixas. Quarenta e duas foram consideradas legítimas. Os jornais que cometeram infrações publicaram, como sempre ocorre, o parecer do comitê na íntegra.

Estes são apenas dois dentre tantos exemplos de países que entenderam que a mídia constitui um poder imenso, formadora dos valores e práticas que influenciam diretamente milhões de pessoas de todas as idades todos os dias. Muitas delas em processo de formação como crianças e jovens, e não podem prescindir do controle da sociedade. No Brasil, sempre que se fala nisso, as seis famílias que controlam os meios de comunicação imediatamente colocam os canhões das suas rádios e TVs a atacar qualquer iniciativa tanto de democratizar – pois perderiam poder e teríamos mais pontos de vista em discussão – quanto de regular, pois teriam que responder por campanhas difamatórias e assassinatos de reputação que têm sido prática corrente nos grandes meios de órgãos da imprensa.

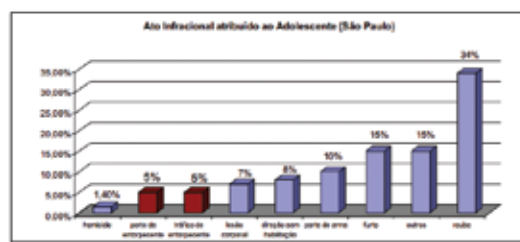
Redução da Maioridade Penal – causa ou efeito?

O debate sobre a redução da maioridade penal tem tomado conta de boa parte das pautas dos principais jornais e noticiários no país nos últimos meses. Desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1992, já há proposições de alterações da lei no que tange à idade penal. Há no congresso nacional projetos de lei que propõem a redução da idade penal para 14 anos.

Segundo Vinicius Bocato, em matéria veiculada na Revista Fórum, “na teoria o ECA é uma ótima ferramenta para prevenir a criminalidade. Mas há um abismo entre a teoria e a prática do ECA: a falta de políticas públicas para a juventude acabam produzindo o efeito contrário do desejado”.

Os debates acerca do tema têm sido em torno dos efeitos da violência e não das causas. Dizer que a maioria dos crimes são cometidos pelos jovens e adolescentes não reflete a realidade. Segundo o ILANUD [Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent] em levantamento realizado em São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2100 adolescentes acusados

da autoria de atos infracionais, constatou-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Homicídios não chegam a representar nem 2% dos atos atribuídos aos adoles-



centes. Veja quadro abaixo:

Reduzir a idade para encarceramento dos nossos jovens não resolve e sequer ameniza o problema da violência. “Toda a teoria científica está a demonstrar que ela [a redução] não representa benefícios em termos de segurança para a população”, afirmou em fevereiro Marcos Vinicius Furtado, presidente da OAB.

Quando o estado deixa de investir em políticas públicas para a juventude como o acesso à educação pública de qualidade, cursos de qualificação profissional, acesso à universidade, saúde, trans-

porte, cultura e esporte, com certeza alguém irá ocupar este “espaço vazio”. Infelizmente quem está ocupando este espaço é o crime. Enquanto o estado tem excluído os jovens e adolescentes do processo de sociabilidade, o crime e o tráfico os estão incluindo.

Ao invés de exigirmos cadeia para nossos jovens (muitos deles são nossos alunos nas escolas), deveríamos cobrar efetivamente dos governos mais e melhores escolas em período integral, melhores condições de trabalho, mais equipamentos, mais atividades de lazer e cultura.

Mais sobre o tema:

Revista Fórum: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>
CUT (vídeo aborda a redução da maioridade penal mostrando as verdades e os mitos sobre o tema) - <http://tv.cut.org.br/programa/776/cut-em-acao-17-reducao-da-maioridade-penal>
Movimento pela não redução: [facebook.com/18razaes](https://www.facebook.com/18razaes)

Polêmicas em torno do programa “Mais Médicos”

Governo Federal inova no atendimento a saúde ao instituir por medida provisória em caráter emergencial o Programa Mais Médicos, atitude que, apesar da grande necessidade de atendimento em regiões remotas, de grande pobreza, características da maioria dos pequenos municípios do país, em especial na região norte e nordeste como também nas periferias dos grandes centros.

Apesar de se tratar de uma necessidade constatada em pesquisas publicadas e em redes sociais, o que se viu foram inúmeras manifestações contrárias de setores da categoria médica e de alguns de seus órgãos representativos, coincidentemente concentradas nos grandes centros urbanos.

Levantamento feito pelo Datafolha com 2.615 entrevistados em 160 cidades do país aponta que 54% são favoráveis a medida, números que estão em consonância com a mesma aprovação apontada por organismos internacionais que emitiram “comunicado atestando coerência do Programa Mais Médicos”, feito pela OMS (Organização Mundial da Saúde), ligada à ONU, e pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde). Esta última vê com entusiasmo a iniciativa e ainda afirma que as medidas de levar médicos,

em curto prazo, para comunidades afastadas e de criar, em médio prazo, novas faculdades de medicina e ampliar a matrícula de estudantes de regiões mais deficientes, assim como o número de residências médicas, são corretas.

A contradição das manifestações fica mais evidente diante da aprovação e adesão dos municípios ao programa, como é o caso de Pontal do Paraná, município do litoral de nosso Estado e da declaração do Secretário de Saúde de Curitiba da dificuldade em se contratar médicos para bairros pobres de Curitiba.

Ficam perguntas, tais como: por que das manifestações contrárias? Em especial daqueles/as que deveriam ser interessados/as na geração de trabalho e renda para quem se formou na área?

A medida ainda prevê investimento em infraestrutura em locais onde não há ou estiver deficitária, a ampliação da oferta do curso de medicina na rede federal e revisão dos cursos existentes, tendo em vista a oferta de residência médica nas instituições ligadas ao SUS.

Parece justo prever uma contrapartida social coletiva da parte de quem estuda no ensino público e tem sua formação financiada pela sociedade, independente de sua condição sócioeconômica.



HOMOFOBIA: Assunto que incomoda nas escolas

Trechos tirados de duas pesquisas, uma com professores e outra com estudantes mostram que o debate sobre a sexualidade é um incômodo a ser superado nas escolas. Trechos do relatório intitulado “*Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras*” aponta dificuldades que professores e equipe pedagógica enfrentam entre si e com setores da sociedade em torno da escola e afirma: “*Há uma grande distância entre a teoria e a prática com relação às políticas de educação sexual. As e os professores reconhecem que não aplicam muitas das recomendações estabelecidas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados para atuar na área das diversidades sexuais e da homofobia e também porque temem que as famílias [a igreja, movimentos conservadores etc] se oponham a que esses temas sejam tratados nas escolas.*”

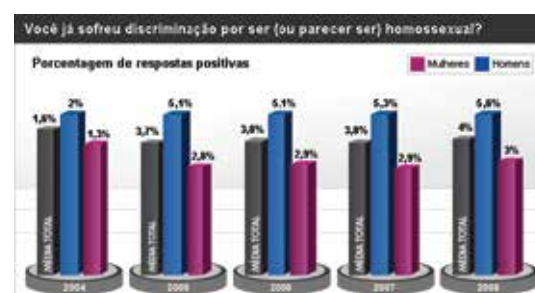
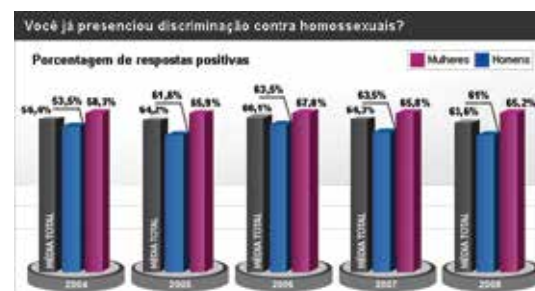
Pesquisa realizada com a participação da UFPR indica a reação dos/as estudantes ao tema

e constata que “quase 13% dos meninos disseram que ficariam incomodados ‘se tivesse[m] como parente ou colega de escola ou de trabalho uma pessoa homossexual’ -- essa informação foi retirada dos questionários socioeconômicos do **Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)** aplicados entre 2004 e 2008. Entre as meninas, o percentual é de quase 4%. A tabulação dos dados foi feita por Josafá Moreira da Cunha e Araci Asinelli da Luz, do programa de pós-graduação em educação da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Segregação

Outras duas perguntas analisaram aspectos relacionadas ao tema: “Você já sofreu discriminação por ser (ou parecer ser) homossexual?” e “Você já presenciou discriminação contra homossexuais?” Gráficos mostram que os homens também são maioria entre os que afirmaram ter sofrido discriminação por ser (ou parecer ser) homossexual. Já entre estudantes que afirmam ter presenciado

episódios de discriminação homofóbica, as meninas são a maioria, com 67,8% de respostas positivas. Mais dados sobre a pesquisa podem ser encontrados no site <http://www.teens180.com>



Reforma Política - a mais urgente de todas as reformas

Dentre as reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, sem dúvida a mais importante é a **REFORMA POLÍTICA**.

No bojo das grandes manifestações de rua do último período, a pauta da Reforma Política ganhou o peso que os/as que a defendem desde longa data jamais imaginaram - embora a aparente negação da política e das instituições em boa dose presente nas ruas.

Recentemente pesquisa realizada pelo IBOPE contratado pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil avaliou a opinião da sociedade brasileira sobre o tema. Segundo o levantamento, 85% são a favor da Reforma Política, a maioria inclusive defende que tais mudanças possam valer para as eleições de outubro de 2014.

Considerando a importância e a dimensão deste desafio é importante avaliar que o ideal é que a população através de um **PLEBISCITO** autorize a convocação de uma **CONSTITUINTE**, com a tarefa exclusiva para essa Reforma, finda a qual o mandato deste parlamento se encerraria.

Pontos importantes para uma democratização do processo político no Brasil:

• **FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA** - No modelo que vigora atualmente, o financiamento de campanha majoritariamente é realizado através de doação de empresas. Esse modelo limita e quase inviabiliza que homens e mulheres com propostas populares possam concorrer, pois para o capital não interessa a eleição de pessoas comprometidas com transformações no sistema. Ao contrário do que se divulga, o financiamento público de campanha, além de trazer a igualdade de oportunidade na disputa, reduziria os gastos de campanha. O financiamento público seria a possibilidade de combater ao mesmo tempo o poder econômico e a corrupção.

• **VOTAÇÃO EM LISTA PREORDENADA** - Outra proposta importante no sentido de democratizar o sistema político brasileiro seria através da votação em listas preordenadas onde a elaboração da lista de candidatos/as esteja combinada com o programa do partido e as propostas para os mandatos.

• **MAIS PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES** - É sabido que a cultura machista e patriarcalista brasileira tem dificultado a participação das mulheres na política. Nesta proposta a lista traria a alternância de gênero, ou seja, a cada candidato homem seria seguido o nome de uma candidata mulher.

• **FIM DO SENADO** - o Senado Federal foi criado com a primeira Constituição do Brasil, em 1824. Portanto, serviu a um modelo anterior ao estado democrático de direito. O sistema atual, bicameral, em que ao Senado compete o papel revisor em relação aos projetos iniciados na Câmara de Deputados, agrava a ausência de proporcionalidade e sobrevaloriza o papel do Senado na produção legislativa. O Senado, assim, acaba por apropriar-se de prerrogativas da Câmara, aumentando o seu poder. O modelo, ao contrário de preservar o equilíbrio federativo tende a subvertê-lo, afastando-se ainda mais das questões que interessam a população.

Para entender

PLEBISCITO - A Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 14, que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”. No entanto, o artigo 49 da Constituição afirma que é “da competência



exclusiva do Congresso Nacional” autorizar referendo e convocar plebiscito.

CONSTITUINTE - Órgão colegiado que tem como função redigir ou reformar a Constituição.

É importante compreender que só com mobilização e muita pressão popular será possível garantir uma reforma política capaz de aprofundar o processo democrático no Brasil.

Fonte:

Reforma Política: CUT envia carta a Dilma com contribuições para o plebiscito - <http://www.pt.org.br>

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2013/08/06/>

EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE

Av. Iguauçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Comunicação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha • **Jornalistas:** Adir Nasser Junior (3819-PR), Francielly Camilo (9561-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnísia Mangueira (893-SE) • **Projeto gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 40 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretária Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretária de Política Sindical • Walkíria Olegário Mazeto - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edison Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Secretária de Comunicação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretária de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretária de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência.



@appsindicato



App Sindicato



APPSINDICATO